

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Redentor Energia S.A., em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações financeiras e as demonstrações financeiras consolidadas, com as respectivas notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, em 31 de dezembro de 2012. As informações não financeiras da Companhia e suas controladas, assim como as referentes às expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes.

### 1 – Perfil da Companhia

A Redentor Energia S.A. (“Redentor”) foi constituída em 29 de abril de 2010 por conta do processo de cisão da Equatorial Energia S.A. (“Equatorial”), conforme divulgado pela Equatorial nos Fatos Relevantes de 30 de dezembro de 2009, 14 e 29 de abril de 2010. Em 29 de abril de 2010, a Equatorial foi parcialmente cindida, vertendo a parcela de seu patrimônio líquido correspondente à participação da Equatorial no capital social da RME – Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) para uma nova sociedade anônima, denominada Redentor Energia S.A., constituída especificamente para este fim.

A Redentor aderiu, através de Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Novo Mercado da BM&FBOVESPA, ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

### 2 – Alienação do Controle Acionário da Redentor.

Em 12 de maio de 2011, o controle acionário da Redentor foi adquirido pela Parati S.A. – Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”), sociedade anônima de capital fechado, cujo capital social é detido pela Cemig, com 25%, e pelo Redentor Fundo de Investimento em Participações (“FIP Redentor”), com 75%. O FIP Redentor tem como cotistas o Banco Santander (Brasil) S.A., o Banco Votorantim S.A., o BB Banco de Investimento S.A., e o Banco BTG Pactual S.A.

Em decorrência da citada aquisição e por força do artigo 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Instrução CVM 361, de 5 de março de 2002, e do item 8.1 do Regulamento do Novo Mercado, a Parati realizou, em 30 de setembro de 2011, uma Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) por Alienação de Controle, conforme edital publicado em 26 de agosto de 2011.

O leilão alcançou o seguinte resultado:

POSIÇÃO ACIONÁRIA DA PARATI S.A. APÓS O LEILÃO DA OPA		
Total de Ações da Redentor Energia S.A.	108.480.822	100,00%
Quantidade de Ações da PARATI S.A.	58.671.559	54,08%
Ações Objeto da Oferta - Free Float	49.809.263	45,92%
Adesão à OPA	46.341.664	93,04%
Quantidade de Ações da PARATI S.A. após a adesão	105.013.223	96,80%
Free Float Remanescente	3.467.599	3,20%

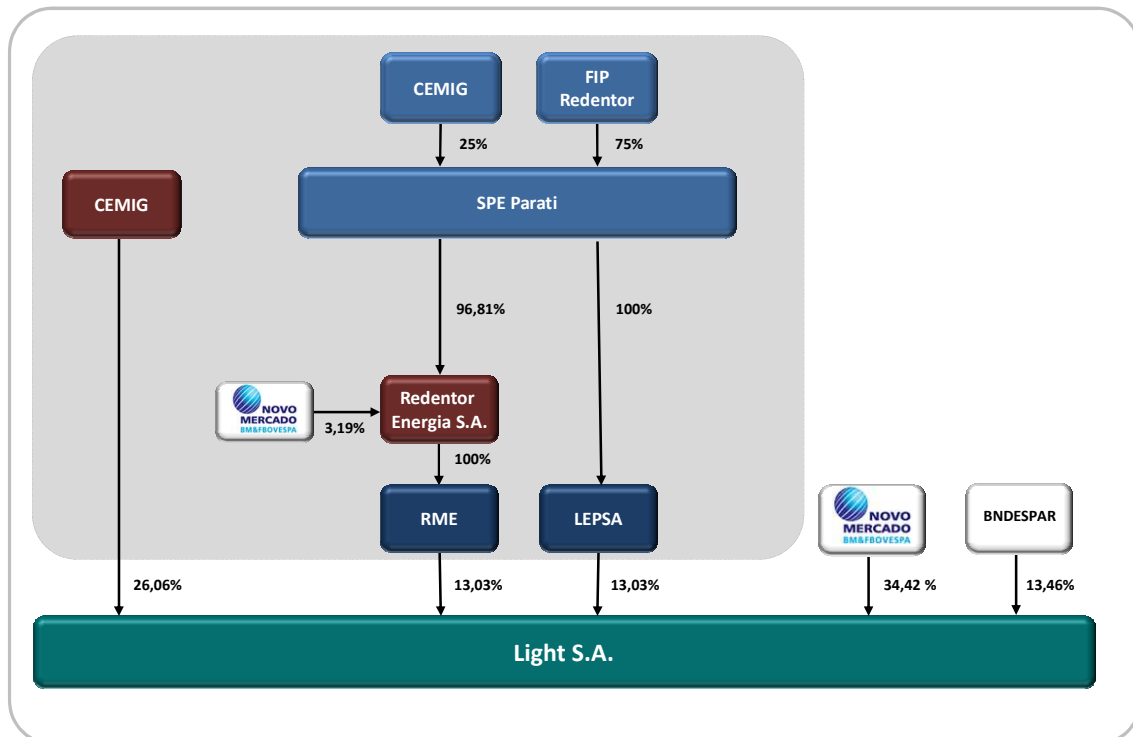
Em 11 de novembro de 2011, a Redentor divulgou Fato Relevante anunciando sua decisão de lançar uma nova OPA, desta vez para Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e de Saída do Novo Mercado (“OPA Unificada”).

Em 30 de janeiro de 2013, a Comissão de Valores mobiliários – CVM aprovou o Edital da OPA Unificada da Redentor, e em 07 de fevereiro de 2013, o Edital foi publicado nos jornais Folha de São Paulo e Diário Comercial do Rio de Janeiro, iniciando o prazo de 30 dias para as habilitações dos acionistas.

Em 14 de março de 2013, o leilão foi realizado e a Parati adquiriu 6.451 (seis mil, quatrocentas e cinquenta e uma) ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 0,19% (dezenove centésimos por cento) das ações em circulação e 0,01% (um centésimo por cento) do capital social, passando a deter 105.019.680 (cento e cinco milhões, dezenove mil, seiscentos e oitenta) ações ordinárias, representativas de 96,81% (noventa e seis inteiros e oitenta e um centésimos por cento) do capital social da Companhia. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$7,20 (sete reais e vinte centavos), totalizando o valor transacionado de R\$46.447,20 (quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos). Em 19 de março de 2013, foi realizada a liquidação do leilão.

Tendo em vista que o número de ações adquiridas foi inferior ao montante mínimo de 2/3 das ações em circulação, conforme previsto no inciso II, do artigo 16, da Instrução da CVM nº 361 de 5 de março de 2002, conforme alterada, a Companhia deverá permanecer registrada perante a CVM, com suas ações ordinárias sendo negociadas no segmento tradicional da BM&FBOVESPA, deixando de sujeitar-se às práticas diferenciadas de governança corporativa exigidas pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado, com exceção do disposto nos itens 11.6 a 11.8 do mencionado Regulamento.

### 3 – Organograma atual do Grupo Parati.



#### 4 – Governança Corporativa

A Companhia está listada no Novo Mercado, mais alto nível de Governança Corporativa da BM&FBovespa, e está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa e com transparência na relação com seus investidores e acionistas.

##### **Diferenciais de governança corporativa:**

- 100% de *tagalongas* acionistas minoritários;
- Conselho de Administração composto por, no mínimo, 5 membros, eleitos pela assembleia geral, dos quais, no mínimo, 20% deverão ser Conselheiros Independentes;
- Obrigação de oferta de compra pelo valor econômico em caso de encerramento de listagem ou de fechamento de capital;
- Divulgação de operações com títulos da companhia envolvendo acionistas controladores ou administradores;
- Adesão à Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos;
- Adoção de um Código de Ética e Conduta Empresarial;
- Manutenção de Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Títulos por Pessoas Relacionadas.
- Publicação trimestral, juntamente com os ITRs, da Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Divulgação de demonstrações financeiras com padrões internacionais IFRS ou US GAAP.
- Realização de reuniões públicas com analistas e investidores, ao menos uma vez por ano.

De acordo com o Contrato de Adesão ao Novo Mercado firmado com a BM&FBovespa, o Estatuto da Companhia prevê a utilização de Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos.

#### 5 - Relacionamento com Auditor Independente

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Deloitte ToucheTohmatsu Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa para Redentor Energia S.A., relacionados ao exame das demonstrações financeiras e não realizou nenhum outro serviço para a Companhia no exercício de 2012.

#### 6 – Declaração dos Diretores.

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia, Srs. Paulo Eduardo Pereira Guimaraes, Diretor-Presidente; Roberto Schäfer de Castro, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e João Alan Haddad, Diretor sem designação específica, declaram que (a) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2012; e (b) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no parecer emitido em 04 de abril de 2013 pela Deloitte ToucheTohmatsu, auditores independentes da Companhia, relacionadas às demonstrações financeiras da Companhia referentes à 31 de dezembro de 2012.

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Redentor Energia S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Redentor Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Redentor Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Redentor Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

## **Outros assuntos**

### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Exceto pelos efeitos dos ajustes e reclassificações apresentados na nota explicativa nº 2, os quais não foram examinados nem por nós nem ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, ambos apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 26 de março de 2012.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC- nº 2SP 011.609/O-8-“F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 65.976/O-4

REDENTOR ENERGIA S.A.  
CNPJ/MF 12.126.500/0001-53  
NIRE 33.3.0029392-2  
Companhia Aberta

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Redentor Energia S.A., abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a Proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 06-05-2013, no sentido de que, ao lucro líquido do exercício de 2012, no montante de R\$50.944 mil, deduzidos da absorção de prejuízos, no valor de R\$6.457 mil, mais o saldo de realização de mais valia reflexa da controlada indireta Light, no valor de R\$2.710 mil, e, deduzidos da absorção de outros resultados abrangentes no valor de R\$17.204 mil, seja dada a seguinte destinação: R\$2.224 mil, relativos a 5% do lucro líquido ajustado, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea “i” do parágrafo segundo do artigo 25 do Estatuto Social, mas limitada à alocação ao percentual máximo de 20,0% do saldo do Capital Social, conforme artigo 193 da Lei 6.404/1976, conforme alterada; e, R\$27.769 mil sejam destinados como dividendos aos acionistas da Companhia, fazendo jus todos os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 06-05-2013, conforme segue: - R\$6.942 mil como dividendos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido, em conformidade com a alínea “iii” do parágrafo segundo do artigo 25 do Estatuto Social e a legislação aplicável; e, - R\$20.827 mil como dividendos adicionais. O pagamento dos dividendos declarados será realizado em 2 (duas) parcelas, a primeira até 31 de maio de 2013 e a segunda até 27 de dezembro de 2013, podendo ser antecipado, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria. Após analisarem atentamente a aludida proposta e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes à matéria, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, favoravelmente à sua aprovação por aquela Assembleia.

Belo Horizonte, 04 de abril de 2013.

aa.) Anamaria Pugedo Frade Barros  
Ronald Gastão Andrade Reis  
Francisco Luiz Moreira Penna  
Shelley Henrique Dalcamim  
Francisco Vicente Santana Silva Telles  
Eduardo José de Souza  
Aliomar Silva Lima  
Paulo Cesar Teodoro Bechtluft  
Antônio Kardec Gomes

## **Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia, Srs. Paulo Eduardo Pereira Guimaraes, Diretor-Presidente; Roberto Schäfer de Castro, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e João Alan Haddad, Diretor sem designação específica, declaram que (a) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2012; e (b) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no parecer emitido em 04 de abril de 2013 pela Deloitte Touche Tohmatsu, auditores independentes da Companhia, relacionadas às demonstrações financeiras da Companhia referentes à 31 de dezembro de 2012.



## **Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Paulo Eduardo Pereira Guimarães, Diretor-Presidente; Roberto Schafer de Castro, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e João Alan Haddad, Diretor sem designação específica, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2012; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no parecer emitido em 04 de abril de 2013 pela Deloitte Touche Tohmatsu, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes a 31 de dezembro de 2012.

REDENTOR ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2012	(Reapresentado)		31/12/2012	(Reapresentado)	
		31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
<b>ATIVO</b>							
<b>CIRCULANTE</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.183	99	55.731	27.139	15.583	106.818
Dividendos e JCP a receber	4	4.524	9.567	17.916	9.601	9.610	17.801
Tributos e contribuições a recuperar	5	250	763	-	250	31	714
		<u>5.957</u>	<u>10.429</u>	<u>73.647</u>	<u>36.990</u>	<u>25.224</u>	<u>125.333</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Investimentos	6	425.232	426.872	478.738	394.299	413.344	427.543
Impostos diferidos	5	-	-	-	364	441	500
		<u>425.232</u>	<u>426.872</u>	<u>478.738</u>	<u>394.663</u>	<u>413.785</u>	<u>428.043</u>
Total do ativo		<u>431.189</u>	<u>437.301</u>	<u>552.385</u>	<u>431.653</u>	<u>439.009</u>	<u>553.376</u>
<b>PASSIVO</b>							
<b>CIRCULANTE</b>							
Fornecedores		3	3	-	3	6	-
Tributos e contribuições	5	10	538	-	472	2.163	913
Dividendos a pagar	8	6.942	9.831	17.818	6.942	9.831	17.818
Outros		14	14	2	16	16	2
		<u>6.969</u>	<u>10.386</u>	<u>17.820</u>	<u>7.433</u>	<u>12.016</u>	<u>18.733</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	78	78
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>78</u>	<u>78</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Capital social	9	250.576	250.576	359.166	250.576	250.576	359.166
Reservas de lucros		93.971	91.747	88.703	93.971	91.747	88.703
Dividendos adicionais propostos	8	20.827	29.493	27.636	20.827	29.493	27.636
Ajuste de avaliação patrimonial		58.846	61.556	64.390	58.846	61.556	64.390
Prejuízos acumulados		-	(6.457)	(5.330)	-	(6.457)	(5.330)
		<u>424.220</u>	<u>426.915</u>	<u>534.565</u>	<u>424.220</u>	<u>426.915</u>	<u>534.565</u>
Total do passivo		<u>431.189</u>	<u>437.301</u>	<u>552.385</u>	<u>431.653</u>	<u>439.009</u>	<u>553.376</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REDENTOR ENERGIA S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		<u>2012</u>	<u>2011</u> (Reapresentado)	<u>2012</u>	<u>2011</u> (Reapresentado)
Receita operacional - equivalência patrimonial	6	<u>51.289</u>	<u>41.382</u>	<u>55.245</u>	<u>44.566</u>
Despesas operacionais					
Administrativas e gerais		(394)	(693)	(530)	(797)
Pis e Cofins s/ juros capital próprio		-	-	(1.045)	(1.046)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>50.895</u>	<u>40.689</u>	<u>53.670</u>	<u>42.723</u>
Resultado financeiro					
Receitas de aplicações financeiras		52	2.343	952	4.517
Despesas financeiras		(3)	(2)	(52)	(62)
		<u>49</u>	<u>2.341</u>	<u>900</u>	<u>4.455</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		50.944	43.030	54.570	47.178
Imposto de renda e contribuição social	5	-	(536)	(3.626)	(4.606)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	(78)
Lucro líquido do exercício		<u>50.944</u>	<u>42.494</u>	<u>50.944</u>	<u>42.494</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	10	<u>0,46961</u>	<u>0,39172</u>	<u>0,46961</u>	<u>0,39172</u>
Média ponderada de ações no exercício (lote de mil ações)	10	<u>108.481</u>	<u>108.481</u>	<u>108.481</u>	<u>108.481</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de Lucro			Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros Resultados abrangentes	Total
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros					
Saldos em 1º de janeiro de 2011 (ReapresentadoS)		359.166	3.751	84.952	27.636	64.390	(5.330)	-	534.565
Restituição de capital aos acionistas		(108.590)							(108.590)
Reserva de lucros				1.123					1.123
Pagamento de dividendos adicionais propostos					(27.636)				(27.636)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial reflexa						(2.834)	2.834		-
Lucro líquido do exercício							42.494		42.494
Outros resultados abrangentes									
Perda de passivo atuarial, líquido de impostos								(5.210)	(5.210)
Destinação de outros resultados abrangentes							(5.210)	5.210	-
Destinações do resultado do exercício:									
Reserva legal	8		1.921				(1.921)		-
Dividendos a pagar	8						(9.831)		(9.831)
Dividendos adicionais	8				29.493		(29.493)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (Reapresentados)		250.576	5.672	86.075	29.493	61.556	(6.457)	-	426.915
Pagamento de dividendos adicionais propostos					(29.493)				(29.493)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial reflexa						(2.710)	2.710		-
Lucro líquido do exercício							50.944		50.944
Outros resultados abrangentes									
Perda de passivo atuarial, líquido de impostos								(17.204)	(17.204)
Destinação de outros resultados abrangentes							(17.204)	17.204	-
Destinações do resultado do exercício:									
Reserva legal	8		2.224				(2.224)		-
Dividendos a pagar	8						(6.942)		(6.942)
Dividendos adicionais	8				20.827		(20.827)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2011		250.576	7.896	86.075	20.827	58.846	-	-	424.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REDENTOR ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Em milhares de Reais)

---

	Controladora		Consolidado	
	<u>2012</u>	<u>2011</u> (Reapresentado)	<u>2012</u>	<u>2011</u> (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	50.944	42.494	50.944	42.494
Outros resultados abrangentes				
Perdas sobre passivos atuariais, líquido	<u>(17.204)</u>	<u>(5.210)</u>	<u>(17.204)</u>	<u>(5.210)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>33.740</u></u>	<u><u>37.284</u></u>	<u><u>33.740</u></u>	<u><u>37.284</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REDENTOR ENERGIA S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011 (Reapresentado)	2012	2011 (Reapresentado)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		50.944	43.030	54.570	47.178
Ajustes por:					
Equivalência patrimonial	6	(51.289)	(41.382)	(55.245)	(44.566)
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) tributos e contribuições a recuperar e pagar		(15)	(762)	(3.842)	(979)
Aumento (redução) fornecedores		-	2	(3)	6
Aumento em outras obrigações		-	14	-	16
Dividendos E JCP recebidos		40.768	97.509	55.400	61.153
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>40.408</u>	<u>98.411</u>	<u>50.880</u>	<u>62.808</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Dividendos pagos		(39.324)	(45.453)	(39.324)	(45.453)
Restituição de capital aos acionistas		-	(108.590)	-	(108.590)
Total aplicado nas atividades de financiamento		<u>(39.324)</u>	<u>(154.043)</u>	<u>(39.324)</u>	<u>(154.043)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		<u>1.084</u>	<u>(55.632)</u>	<u>11.556</u>	<u>(91.235)</u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa					
No início do período	3	99	55.731	15.583	106.818
No fim do período	3	1.183	99	27.139	15.583
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		<u>1.084</u>	<u>(55.632)</u>	<u>11.556</u>	<u>(91.235)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REDENTOR ENERGIA S.A.DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011 (Reapresentado)	2012	2011 (Reapresentado)
Insumos adquiridos de terceiros					
Serviços e despesas administrativas		(274)	(619)	(389)	(717)
Valor adicionado bruto		(274)	(619)	(389)	(717)
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	7	51.289	41.382	55.245	44.566
Receitas financeiras		52	2.343	952	4.517
Valor adicionado total a distribuir		<u>51.067</u>	<u>43.106</u>	<u>55.808</u>	<u>48.366</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>51.067</u>	<u>43.106</u>	<u>55.808</u>	<u>48.366</u>
Pessoal					
Pró-labore - Administradores		100	61	117	67
Encargos previdenciários - INSS		20	13	24	13
		120	74	141	80
Impostos, taxas e contribuições					
Imposto de renda e contribuição social		-	536	3.626	4.684
Pis e Cofins s/ juros capital próprio		-	-	1.045	1.046
		-	536	4.671	5.730
Remuneração de terceiros					
Juros		3	2	52	62
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos mínimos obrigatórios	8	6.942	9.831	6.942	9.831
Reserva legal	8	2.224	1.921	2.224	1.921
Dividendos adicionais	8	20.827	29.493	20.827	29.493
Absorção de prejuízos		20.951	1.249	20.951	1.249
		<u>50.944</u>	<u>42.494</u>	<u>50.944</u>	<u>42.494</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# ***Redentor Energia S.A.***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo  
em 31 de Dezembro de 2012  
e Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte ToucheTohmatsu Auditores Independente



## REDENTOR ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A RedentorEnergia S.A. (“Companhia” ou “Redentor”), com sede no Rio de Janeiro, RJ, tem por objeto a participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica ou em atividades correlatas.

A Companhia foi constituída em 29 de abril de 2010, por conta do processo de cisão da Equatorial Energia S.A. (“Equatorial”), e teve como aporte inicial de capital a totalidade das ações da empresa Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) que, por sua vez, possuía 13,03% das ações da Light S.A. (“Light”). A Light é uma companhia aberta que atua como holding de empresas de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

A controlada RME foi constituída em 23 de março de 2006, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, e tem por objeto a participação, direta ou indireta, no capital de empresas que atuem no setor de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a RME possui 13,03% das ações da Light.

Em 12 de maio de 2011, a Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia (“Parati”), empresa coligada da Companhia Energética de Minas Gerais- CEMIG (“CEMIG”) adquiriu do Fundo de Investimento em Participações - PCP (“FIP-PCP”) 58.671.565 ações ordinárias, representativas de 54,08% do capital social total da Redentor, tornando-se assim o seu acionista controlador.

Em 30 de setembro de 2011, a Parati adquiriu, por intermédio de leilão da Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias da Redentor, ocorrido em 27 de setembro de 2011, através do sistema eletrônico de negociação da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, 46.341.664 ações ordinárias de emissão da Redentor, correspondendo a 93,04% das ações em circulação e a 42,72% do total de ações. Desta forma a Parati passou a deter 96,80% do capital social da Redentor, remanescendo ainda em circulação 3,20% do capital total.

#### 2. APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização para conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 4 de abril de 2013.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais

não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

A Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto e não existem diferenças entre os patrimônios líquidos e os resultados dos exercícios das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras e a todas as entidades do Grupo.

a) Base de Consolidação

i. Investimento em controlada

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a investidora tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. As demonstrações financeiras da controlada foi incluída nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se iniciou permanecerá até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com a aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação da controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

ii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida.

iii. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controlada estão contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

b) Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo individual.

A Companhia possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados ao valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a sua gestão de riscos e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo, desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como ao valor justo através do resultado compreendem equivalentes de caixa.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis, que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

ii. Capital Social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

d) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada foram reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, inicialmente pelo custo.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento em coligada está contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e foram, inicialmente, reconhecidas pelo seu valor de custo.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição das participações, líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

e) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, face às condições econômicas e de crédito atuais, são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução dos ativos financeiros ao valor recuperável.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou presumida que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. Uma provisão para riscos é constituída mediante avaliação e quantificação das ações cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração e de seus assessores legais.

g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras representam tarifas bancárias e encargos financeiros nos pagamentos de algumas dívidas e fortemente influenciados no consolidado, pelas despesas com PIS e COFINS apuradas sobre a receita de juros.

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

i) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

j) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

k) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados as quais estão detalhadas na nota nº11.

l) Mudança de política contábil e ajustes nos saldos comparativos de exercícios anteriores

1) Em 2012, a investida indireta Light alterou sua política contábil em relação ao registro dos ganhos ou perdas atuariais relacionados aos planos de pensão de benefício definido, que anteriormente eram imediatamente reconhecidos no resultado do exercício e passaram a ser reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, em conformidade à Deliberação CVM nº 600/09. Os saldos comparativos foram devidamente ajustados para refletir a mudança

retrospectivamente. Essa alteração gerou um aumento no resultado do exercício de 2011 de R\$4.083 e uma redução no mesmo valor em outros resultados abrangentes. Não houve efeito no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2011 e nem em 31 de dezembro de 2011.

- 2) Em 2010, foram registrados na Braslight (Fundação de Seguridade Social Braslight) os créditos referentes aos expurgos inflacionários incidentes sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, no montante de R\$75.069, decorrentes de ação transitada em julgado. Em função de um ofício enviado pela PREVIC, a Fundação efetuou a baixa integral dos referidos créditos retroativamente ao exercício de 2010, o que impactou diretamente a investida Light. O efeito no patrimônio líquido da Companhia, em 1º de janeiro de 2011, foi uma redução de R\$5.330 e em 31 de dezembro de 2011 foi uma redução de R\$6.457. No exercício de 2011 houve uma redução no resultado abrangente no montante de R\$1.127.
- 3) A Companhia revisou, no período corrente, a apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa, controladora e consolidado, e realocou certas transações apresentadas anteriormente nas atividades de investimentos para as atividades de financiamento. Como consequência, as demonstrações dos fluxos de caixa, controladora e consolidado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 estão sendo alteradas para fins de comparação.

Diante disso, segue abaixo um quadro resumo com os efeitos e reclassificações nos saldos comparativos:

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2010</u> <u>Publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>01/01/2011</u> <u>Reapresentado</u>	<u>31/12/2010</u> <u>Publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>01/01/2011</u> <u>Reapresentado</u>
Balanco Patrimonial						
<u>Ativo não Circulante</u>						
Investimentos	484.068	(5.330)	478.738	432.873	(5.330)	427.543
<u>Patrimônio Líquido</u>						
Prejuízos Acumulados	-	(5.330)	(5.330)	-	(5.330)	(5.330)
	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2011</u> <u>Publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2011</u> <u>Reapresentado</u>	<u>31/12/2011</u> <u>Publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2011</u> <u>Reapresentado</u>
Balanco Patrimonial						
<u>Ativo não Circulante</u>						
Investimentos	433.329	(6.457)	426.872	419.801	(6.457)	413.344
<u>Patrimônio Líquido</u>						
Prejuízos Acumulados	-	(6.457)	(6.457)	-	(6.457)	(6.457)

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2011</u> <u>Publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2011</u> <u>Reapresentado</u>	<u>31/12/2011</u> <u>Publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2011</u> <u>Reapresentado</u>
Demonstração do resultado						
Resultado de equivalência patrimonial	37.299	4.083	41.382	40.483	4.083	44.566
Demonstração do resultado abrangente						
Lucro líquido do exercício	38.411	4.083	42.494	38.411	4.083	42.494
Perdas sobre passivos atuariais	-	(5.210)	(5.210)	-	(5.210)	(5.210)

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2011</u> <u>Publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2011</u> <u>Reapresentado</u>	<u>31/12/2011</u> <u>Publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2011</u> <u>Reapresentado</u>
Dividendos pagos	(45.453)	45.453	-	(45.453)	45.453	-
Restituição de capital aos acionistas	(108.588)	108.588	-	(108.588)	108.588	-
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	<u>(154.041)</u>	<u>154.041</u>	<u>-</u>	<u>(154.041)</u>	<u>154.041</u>	<u>-</u>
Dividendos pagos	-	45.453	(45.453)	-	45.453	(45.453)
Restituição de capital aos acionistas	-	108.588	(108.588)	-	108.588	(108.588)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	<u>-</u>	<u>154.041</u>	<u>(154.041)</u>	<u>-</u>	<u>154.041</u>	<u>(154.041)</u>

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2011</u> <u>Publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2011</u> <u>Reapresentado</u>	<u>31/12/2011</u> <u>Publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2011</u> <u>Reapresentado</u>
Demonstração do valor adicionado						
Resultado de Equivalência patrimonial	37.299	4.083	41.382	40.483	4.083	44.566
Absorção de prejuízos	-	4.083	4.083	-	4.083	4.083

A mudança de política contábil em relação ao registro dos ganhos ou perdas atuariais e demais ajustes efetuados retroativamente não geraram impactos relevantes nas informações trimestrais do ano de 2012, bem como nas informações trimestrais comparativas do ano anterior, ambas originalmente objeto de revisão pelos auditores independentes. Não houve nenhuma alteração nos resultados trimestrais divulgados e os efeitos no patrimônio líquido não seriam diferentes dos ajustes apresentados acima, o que suportou o entendimento da Administração de não efetuar a reapresentação dos ITR's de 2012. Segue abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido de cada um dos trimestres:

	Controladora e Consolidado		
	<u>31/03/2011</u> <u>(Publicado)</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/03/2011</u> <u>(Reapresentado)</u>
Balanco patrimonial			
<u>Patrimônio líquido</u>	455.799	(5.330)	450.469
Demonstração do resultado			
<u>Lucro líquido do período</u>	23.372	-	23.371



	<u>30/06/2011</u> (Publicado)	<u>Ajuste</u>	<u>30/06/2011</u> (Reapresentado)
Balanço patrimonial			
<u>Patrimônio líquido</u>	434.944	(5.330)	429.614
Demonstração do resultado			
<u>Lucro líquido do período</u>	30.152	-	30.152

	<u>30/09/2011</u> (Publicado)	<u>Ajuste</u>	<u>30/09/2011</u> (Reapresentado)
Balanço patrimonial			
<u>Patrimônio líquido</u>	434.750	(5.330)	429.420
Demonstração do resultado			
<u>Lucro líquido do período</u>	29.958	-	29.958

<u>Controladora e Consolidado</u>			
	<u>31/03/2012</u> (Publicado)	<u>Reclassificação</u>	<u>31/03/2012</u> (Reapresentado)
Balanço patrimonial			
<u>Patrimônio líquido</u>	451.883	(6.457)	445.426
Demonstração do resultado			
<u>Lucro líquido do período</u>	18.459	-	18.459

	<u>30/06/2012</u> (Publicado)	<u>Reclassificação</u>	<u>30/06/2012</u> (Reapresentado)
Balanço patrimonial			
<u>Patrimônio líquido</u>	428.479	(6.457)	422.022
Demonstração do resultado			
<u>Lucro líquido do período</u>	23.633	-	23.633

	<u>30/09/2012</u> (Publicado)	<u>Reclassificação</u>	<u>30/09/2012</u> (Reapresentado)
Balanço patrimonial			
<u>Patrimônio líquido</u>	435.705	(6.457)	429.248
Demonstração do resultado			
<u>Lucro líquido do período</u>	30.832	-	30.832

## m) Normas e interpretações ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

IFRS 9	Instrumentos Financeiros (1)
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas (2)
IFRS 11	Acordos de Participação (2)
IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades (2)
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo (2)
Modificações à IAS 1	Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (3) (revisada em 2011)
Modificações à IFRS 7	Divulgação - Compensação de ativos e passivos Financeiros (2)
Modificação à IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros (4)
IAS 19 (revisada em 2011)	Benefícios a Empregados (2)
IAS 27 (revisada em 2011)	Demonstrações Financeiras Separadas (2)
IAS 28 (revisada em 2011)	Investimentos em Coligadas e Joint Ventures (2)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1o de janeiro de 2015.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1o de janeiro de 2013.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1o de julho de 2012.

(4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1o de janeiro de 2014.

A Companhia está procedendo à análise dos impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Numerário disponível	26	99	72	65	170	682
Aplicações financeiras	1.157	-	55.659	27.074	15.413	106.136
Total	1.183	99	55.731	27.139	15.583	106.818

As aplicações financeiras de liquidez imediata correspondem a operações pós fixadas, realizadas junto a instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com risco de perda insignificante de rendimento em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 102 % do CDI.

### 4. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
RME	4.524	9.567	17.916	-	-	-
Light	-	-	-	9.601	9.610	17.801
Total	4.524	9.567	17.916	9.601	9.610	17.801

Em 31 de dezembro de 2012, na controladora, o saldo referia-se a dividendos mínimos obrigatórios a receber da controlada RME, propostos em 2012, a serem aprovados na AGO de 06 de maio de 2013, com pagamento previsto até 28 de dezembro de 2013. Tais dividendos foram deduzidos da antecipação feita pela RME em dezembro de 2012, no montante de R\$2.500.

No consolidado, o montante total de R\$9.601 reflete os juros sobre capital próprio a receber da

investida Light declarados em 2012 com a proposta de pagamento até 30 de abril de 2013.

## 5. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora					
	Ativo			Passivo		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
IRRF sobre aplicações financeiras	5	543	-	-	-	-
CSLL a compensar - antecipações	-	220	-	-	-	-
IRPJ e CSLL a compensar	245	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL a compensar	-	-	-	9	536	-
Outros	-	-	-	1	2	-
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>763</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>538</b>	<b>-</b>

	Consolidado					
	Ativo			Passivo		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
IRRF sobre aplicações financeiras	5	-	591	-	-	-
IRPJ e CSLL antecipação	-	-	123	-	-	-
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	-	286	1.115	913
PIS e COFINS s/JCP	-	-	-	184	1.046	-
Outros	-	-	-	2	2	-
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>31</b>	<b>714</b>	<b>472</b>	<b>2.163</b>	<b>913</b>

### Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	50.944	43.030	54.570	47.178
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	<u>(17.321)</u>	<u>(14.630)</u>	<u>(18.533)</u>	<u>(16.041)</u>
Exclusões permanentes - Equivalência patrimonial	17.438	14.070	18.783	15.152
Juros sobre capital próprios	-	-	(3.876)	(3.795)
Compensação de prejuízos e outros	<u>(117)</u>	<u>(24)</u>	-	-
IR e CSLL apresentados na demonstração do resultado	-	<u>(536)</u>	<u>(3.626)</u>	<u>(4.684)</u>
IRPJ e CSLL corrente no resultado	-	(536)	(3.626)	(4.606)
IRPJ e CSLL diferido resultado	-	-	-	(78)

### Impostos diferidos

	Consolidado					
	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Imposto de renda e contribuição social						
Adoção da lei 11.638	1.071	364	1.296	441	1.470	500

## 6. INVESTIMENTO

## a. Composição dos saldos

	Controladora			Consolidado		
		Reapresentado			Reapresentado	
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
RME	425.232	426.872	478.738	-	-	-
Light	-	-	-	394.299	413.344	427.543

## b. Informações sobre a companhia controlada RME

(A RME é parte do bloco de controle da Light com participação de 13,03% na Light)

	Reapresentado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Participação no capital	100%	100%	100%
Total de ativos	433.569	443.991	502.897
Capital social integralizado	177.327	177.327	177.327
Patrimônio líquido	425.232	426.872	479.860
Lucro líquido do exercício	51.289	41.382	

## c. Informações sobre a investida indireta Light (consolidado)

	Reapresentado		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Participação no capital	13,03%	13,03%	13,03%
Total de ativos	11.726.571	11.061.126	9.421.093
Capital social integralizado	2.225.822	2.225.822	2.225.822
Patrimônio líquido	3.025.683	3.171.828	3.289.245
Lucro líquido do exercício	423.923	341.978	

Segue o resumo dos balanços patrimoniais e demonstrações dos resultados dos exercícios da investida indireta Light em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	<b>Consolidado</b>		
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>01/11/2011</u>
		Reapresentado	Reapresentado
<b><u>Ativo</u></b>	<b>11.726.571</b>	<b>11.061.126</b>	<b>9.421.093</b>
Ativo Circulante	2.338.763	2.681.762	2.205.034
Ativo Não Circulante	9.387.808	8.379.364	7.216.059
<b><u>Passivo</u></b>	<b>11.726.571</b>	<b>11.061.126</b>	<b>9.421.093</b>
Passivo Circulante	2.086.661	1.942.015	2.013.619
Passivo Não Circulante	6.614.227	5.947.283	4.118.229
Patrimônio Líquido	3.025.683	3.171.828	3.289.245
<b><u>Demonstração do Resultado</u></b>			
Receita Operacional Líquida	7.613.096	6.944.785	
Custo da Operação	(5.958.907)	(5.290.295)	
Despesas Operacionais	(555.087)	(781.291)	
Resultado com Equivalência Patrimonial	(1.288)	-	
Resultado antes Resultado Finan. E Impostos	1.097.814	873.199	
Resultado Financeiro	(495.673)	(410.190)	
Resultado antes Imposto de renda e Cont. Social	602.141	463.009	
Imposto de renda e Contribuição Social Corrente	(109.034)	(56.891)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(69.184)	(64.140)	
<b><u>Lucro Líquido do Exercício</u></b>	<b>423.923</b>	<b>341.978</b>	

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória nº 579 (“MP 579”). Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579 e em 11 de janeiro de 2013 a MP foi convertida na Lei 12.783. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários, com contratos vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de prorrogação das suas concessões, mediante condições nela estabelecidas.

Considerando que as concessões da investida indireta Light possuem vencimentos apenas a partir de 2026, as regras introduzidas pela MP 579 não afetam a Companhia de forma significativa neste momento, exceto pelo que se refere à definição do critério de indenização dos ativos no final da concessão a Valor Novo de Reposição (“VNR”).

## d. Movimentação dos investimentos

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2011 (Reapresentado)	478.738	427.543
Recebimento de dividendos/JCP	(79.593)	(43.351)
Resultado de equivalência patrimonial	41.382	44.566
Dividendos/JCP a receber	(9.567)	(11.306)
Resultados abrangentes - Investida Light	(5.210)	(5.210)
Outras movimentações	1.122	1.102
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)	426.872	413.344
Resultado de equivalência patrimonial	51.289	55.245
Recebimento de dividendos/JCP	(35.725)	(57.085)
Resultados abrangentes - Investida Light	<u>(17.204)</u>	<u>(17.204)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>425.232</u>	<u>394.299</u>

## 7. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia tem como acionista controlador a Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia Elétrica, empresa de capital fechado, pertencente ao Grupo controlador composto pela Companhia Energética de Minas Gerais –CEMIG e Redentor Fundo de Investimento em Participações (“FIP Redentor”).

A composição acionária está divulgada na nota 9.

Em 31 de dezembro de 2012, na controladora o saldo com partes relacionadas referia-se a dividendos a receber da controlada RME, no valor de R\$4.524 (R\$9.567 em 2011 e R\$17.916 em 01/01/2011), e no consolidado juros sobre capital próprio a receber da investida indireta Light no montante de R\$9.601 (R\$9.610 em 2011 em JCP e R\$17.801 em 01/01/2011 de dividendos).

A remuneração total dos Administradores, exercício findo em 31 de dezembro de 2012, corresponde na controladora a R\$120 (R\$74 em 2011) e no consolidado a R\$141 (R\$80 em 2011). Na controladora a remuneração abrange os Conselhos de Administração e Fiscal e a Diretoria, e no consolidado a controlada RME teve a instalação apenas da Diretoria.

## 8. DIVIDENDOS A PAGAR

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>R\$/ação</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>R\$/ação</u>
Lucro líquido do exercício (em 2011 corresponde ao originalmente apresentado)	50.944		38.411	
Absorção de prejuízos	(6.457)		-	
	44.487		38.411	
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(2.224)		(1.921)	
Absorção de outros resultados abrangentes	(17.204)		-	
Realização de mais valia reflexa da investida	<u>2.710</u>		<u>2.834</u>	
Lucro à disposição dos acionistas	27.769	0,26	39.324	0,36
Destinação do resultado				
Dividendo mínimo obrigatório - 25% do lucro líquido				
Ajustado	(6.942)	0,06	(9.831)	0,09
Dividendo adicional proposto	(20.827)	0,19	(29.493)	0,27

O Conselho de Administração deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 6 de maio de 2013, com as seguintes destinações ao lucro líquido do exercício:

- O valor de R\$2.224 correspondente a 5% do Resultado seja utilizado na constituição da Reserva Legal, com base no Estatuto Social e Lei das Sociedades por Ações;
- O valor de R\$6.942 seja distribuído aos acionistas a título de dividendo mínimo obrigatório, a serem pagos até 31 de maio de 2013;
- O valor de R\$6.457 seja utilizado para absorção de prejuízos anteriores, causado por ajustes de exercícios anteriores na investida indireta Light, conforme detalhado na nota 2;
- O valor de R\$17.204 referente à transferência de perdas atuariais reconhecidos em resultados abrangentes, reflexo do registro dessa rubrica na investida Light;
- O valor de R\$20.827 seja distribuído aos acionistas a título de dividendo adicional, a serem pagos até 31 de dezembro de 2013, podendo ser antecipados conforme disponibilidade de caixa da Companhia.

## 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia está representado por R\$250.576, dividido em 108.480.828 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

<u>Acionistas</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>%</u>	<u>01/01/2011</u>	<u>%</u>
	ON		ON		ON	
Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia Elétrica	105.013.229	96,8	105.013.22	96,8	-	
PCP Latin America Power S/A	-	-	-	-	58.671.559	54,08
JGP Gestão de Recursos	-	-	-	-	8.409.200	7,75
BTG Pactual Asset Management	-	-	-	-	5.600.000	5,17
Outros	<u>3.467.599</u>	<u>3,2</u>	<u>3.467.599</u>	<u>3,2</u>	<u>35.800.069</u>	<u>33,00</u>
			108.480.82			
Total	<u>108.480.828</u>	100	<u>8</u>	100	<u>108.480.828</u>	100

### Alteração na participação societária

Em 14 de março de 2011, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a proposta de redução do capital social da Companhia no valor de R\$108.590, sem o cancelamento de ações emitidas pela Companhia, mantendo-se inalterada a quantidade de ações detida por cada acionista no capital social da mesma. Em 19 de maio de 2011 foram pagos R\$108.588 aos acionistas, remanescendo apenas R\$1 para ser restituído aos acionistas não cadastrados junto à instituição financeira.

#### b. Transferência de controle e OPA simples

Em 12 de maio de 2011, a Redentor, em conjunto com a Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia (“Parati”), publicou Fato Relevante informando que, naquela data, a Parati adquiriu do Fundo de Investimento em Participações - PCP (“FIP-PCP”) 58.671.565 ações ordinárias, representativas de 54,08% do capital social total da Redentor, pelo valor total de R\$403.350.110,05, correspondendo a um preço de R\$6,874712 por ação da Redentor, em conformidade com os fatos relevantes e comunicados anteriormente divulgados.

A Parati é uma sociedade de participações detida pela Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig e pelo Redentor Fundo de Investimento em Participações (“FIP Redentor”), cujo objeto é a aquisição de participações acionárias, diretas e indiretas, da Light, como a detida pelo FIP-PCP.

Como a transação resultou na transferência do controle da Redentor, a Parati realizou leilão, em 27 de setembro de 2011, da Oferta Pública para a aquisição das ações remanescentes da Redentor, de acordo com os termos e condições do art. 254-A da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM nº 361/02, conforme alterada (“Instrução CVM 361”), e do item 8.1 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Novo Mercado”), pelo mesmo preço por ação pago ao FIP-PCP (“OPA”).

Em 30 de setembro de 2011, foi liquidado o leilão com o pagamento de R\$7,202484 por ação, correspondendo ao valor total de R\$333.775.093,48, representando 46.341.664 ações ordinárias de emissão da Redentor e 93,04% das ações em circulação que estavam com os minoritários. Esta aquisição representou 42,72% do total de ações do capital social, e teve o preço de R\$6,874712, mesmo custo por ação pago ao acionista controlador em 12 de maio de 2011, atualizado pela variação da taxa SELIC daquela data até 30 de setembro de 2011.

#### c. OPA - Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias de Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e de Saída de Novo Mercado (OPA Unificada)

Após a realização da Oferta Pública de Alienação, restaram ainda 3.467.599 ações em circulação (“freefloat”), o que representa 3,20% do capital total.

Assim, como não ocorreu a adesão total à OPA, a Redentor divulgou em 11 de novembro de 2011, Fato Relevante comunicando ao mercado que seu acionista controlador, a Parati, iria realizar uma Oferta Pública de Ações com o propósito de sair do Novo Mercado e Cancelar o Registro de Companhia Aberta (“OPA Unificada”), divulgando na ocasião como valor da oferta R\$6,50 por ação.



Posteriormente, em 02 de julho de 2012 a Redentor divulgou Fato Relevante comunicando ao mercado que tinha sido disponibilizado Laudo de Avaliação das Ações da Companhia, elaborado pelo Banco Itaú BBA S.A., e cujo preço justo da ação apontado pelo Laudo deveria se situar no intervalo entre R\$6,75e R\$7,59.

Em 16 de julho de 2012, a Redentor divulgou outro Fato Relevante ao mercado que tinha recebido de seu acionista controlador, a Parati, a informação de que o preço para aquisição das ações da Companhia, no âmbito da OPA Unificada, tinha sido aumentado voluntariamente para R\$7,20 por ação, nos termos do item 10.3.2 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de agosto de 2012, os acionistas aprovaram, por maioria, a autorização para a saída da Companhia do Novo Mercado da BM&FBovespa, independentemente do cancelamento do registro de Companhia Aberta, sendo que acionistas (minoritários) titulares de mais de 2/3 (dois terços) do total de ações em circulação, votaram contrariamente à autorização para a saída da Companhia do Novo Mercado. Não obstante, tendo a matéria sido aprovada pela maioria dos acionistas, a Companhia esclareceu que daria o devido prosseguimento à OPA Unificada.

Nesta AGE, os acionistas representantes das ações em circulação, conforme definido no item 10.1.1 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBovespa S.A, rejeitaram, por maioria, a proposta de contratação do Banco Itaú BBA S.A., como instituição financeira intermediária para a realização da OPA Unificada. A acionista Parati se absteve de votar com relação a essa matéria. Em substituição ao Banco Itaú BBA, o Banco Bradesco BBI S.A. foi contratado como instituição financeira intermediária para a realização da OPA Unificada.

Em 15 de agosto de 2012, a Companhia protocolizou junto à CVM e BM&FBovespa o pedido de registro da OPA Unificada, e, após o atendimento de algumas exigências adicionais feitas pelos órgãos, está aguardando a devida aprovação para dar sequência ao processo e publicar o Edital.

Em 30 de janeiro de 2013, a Comissão de Valores mobiliários - CVM aprovou o Edital da OPA Unificada da Redentor e, em 7 de fevereiro de 2013, o Edital foi publicado nos jornais Folha de São Paulo e Diário Comercial do Rio de Janeiro, iniciando o prazo de 30 dias para as habilitações dos acionistas.

Em 14 de março de 2013, o leilão foi realizado e em 19 de março de 2013, foi realizada a liquidação.

## 10. LUCRO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (“Earnings per Share”), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Numerador		
Lucro líquido do exercício	50.944	42.494
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	108.480.828	108.480.828
Lucro básico e diluído por ação ordinária em R\$	0,46961	0,39172

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existem diferenças entre o lucro por ação básico e diluído.

## 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Abaixo são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Controladora					
	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
<u>Ativo</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	1.183	1.183	99	99	55.731	55.731
Dividendos a receber	4.524	4.524	9.567	9.567	17.916	17.916
<u>Passivo</u>						
Fornecedores	3	3	3	3	-	-
Dividendos a pagar	6.942	6.942	9.831	9.831	17.818	17.818

	Consolidado					
	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
<u>Ativo</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	27.139	27.139	15.583	15.583	106.818	106.818
Dividendos a receber	9.601	9.601	9.610	9.610	17.801	17.801
<u>Passivo</u>						
Fornecedores	3	3	6	6	-	-
Dividendos a pagar	6.942	6.942	9.831	9.831	17.818	17.818

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009 que revogou a Deliberação nº 566/2008, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, estão identificadas a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa  
As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários estão mensuradas ao seu valor justo na data do balanço.
- Dividendos a receber e a pagar

Os dividendos a receber estão classificados como recebíveis e dividendos a pagar estão classificados como “passivo financeiro não mensurado ao valor justo”.

- Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Estes saldos estão classificados como “passivo financeiro não mensurado ao valor justo” e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não diverge significativamente do valor justo.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” (cenário I) considerou taxa de juros, projetando-se o CDI para 31 de dezembro de 2013 em 7,18%. Para os cenários II e III, foram adotadas as premissas de redução desta taxa projetada do CDI em 25% e 50%, respectivamente. O comportamento do saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Risco de Redução das Taxas de Juros:

<u>Efeitos no resultado e patrimônio líquido</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Receita de Aplicações financeiras	CDI	1.949	1.461	974

a. Valor Justo dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada possuíam como instrumentos financeiros- aplicações financeiras, classificadas como equivalente de caixa e mensuradas a valor justo por meio do resultado, o qual é classificado como Nível 2.

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados, não ajustados em mercado ativo, referente, a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

b. Considerações gerais

A Companhia efetua análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, fornecedores, dividendos a receber e a pagar, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

c. Política de utilização de derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem operações com derivativos em 31 de dezembro de 2012. No entanto, caso haja utilização poderá ser considerada com a finalidade de evitar exposições a riscos.

d. Gestão de risco

Como os principais ativos da Companhia são os investimentos indiretos na Light, companhia de capital aberto. Os riscos identificados por essa empresa são de crédito, mercado, taxa de juros e taxa câmbio. Os detalhes desses riscos estão divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras dessa investida.

## 12. SEGUROS

A Companhia, por ser uma holding com participação indireta na Light, por meio da sua controlada RME, entende ser desnecessária a contratação de seguros para cobertura de possíveis riscos, já que a investida Light, principal empresa exposta a riscos tem contratado seguros para: i) Directors&Officers (D&O), ii) Responsabilidade Civil e Geral e iii) Riscos Operacionais, e desta forma sua Administração entende ser suficiente os seguros efetuados.

## 13. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aneel define reajuste tarifário extraordinário

A Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, em reunião pública extraordinária realizada em 24 de janeiro de 2013, aprovou um reajuste das tarifas dos consumidores de todas as concessionárias do país, sendo que para a investida indireta Light Serviços de Eletricidade S.A., o efeito médio total equivale a uma redução de 19,63% (\*), enquanto os consumidores residenciais (baixa tensão) perceberão uma redução de 18,10%(\*). As novas tarifas valem a partir do dia 24 de janeiro de 2013.

<u>Subgrupo tarifário</u>	<u>Varição</u>
A2	-27,96%
A3a	-20,80%
A4	-20,15%
AS	-19,31%
BT	-18,10%
<b>Efeito Médio</b>	<b>-19,63%</b>

(\*) Não auditado pelos auditores independentes

A redução das tarifas é resultado da Lei nº 12.783/2013, que promoveu a renovação das concessões de transmissão e geração de energia com vencimento até 2017, além das medidas provisórias 591/2012 e 605/2013.

As principais alterações que permitiram a redução da conta foram a redução no custo de compra de energia, através da alocação das cotas de energia proveniente das geradoras com concessão renovada, redução dos custos de transmissão relativos às transmissoras que tiveram o contrato de concessão renovado, redução dos encargos setoriais e retirada de subsídios da estrutura da tarifa.

b) Novas captações de empréstimos e financiamentos

Em 25 de fevereiro de 2013, ocorreu captação no valor de R\$150.000 para a investida indireta Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”), através de Nota de Crédito Comercial (NCC) com o Banco do Brasil, para fins de capital de giro.

Em 11 de março de 2013 ocorreu captação no valor de R\$116.880 para a Light SESA, através de operação com o Banco Tokyo-Mitsubishi, para fins de capital de giro.

c) Resultado da OPA Unificada

Em 14 de março de 2013, o leilão foi realizado e a Parati adquiriu 6.451 (seis mil, quatrocentas e cinquenta e uma) ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 0,19% (dezenove centésimos por cento) das ações em circulação e 0,01% (um centésimo por cento) do capital social, passando a deter 105.019.680 (cento e cinco milhões, dezenove mil, seiscentos e oitenta) ações ordinárias, representativas de 96,81% (noventa e seis inteiros e oitenta e um centésimos por cento) do capital social da Companhia. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$7,20 (sete reais e vinte centavos), totalizando o valor transacionado de R\$46.447,20 (quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos). Em 19 de março de 2013, foi realizada a liquidação do leilão.

Tendo em vista que o número de ações adquiridas foi inferior ao montante mínimo de 2/3 das ações em circulação, conforme previsto no inciso II, do artigo 16, da Instrução da CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada, a Companhia permanecerá registrada perante a CVM, com suas ações ordinárias sendo negociadas no segmento tradicional da BM&FBOVESPA, deixando de estar sujeita às práticas diferenciadas de governança corporativa exigidas pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado, com exceção do disposto nos itens 11.6 a 11.8 do mencionado Regulamento.

Assim ficou a composição acionária da Redentor após o Leilão:

<b>Composição Acionária da Redentor Energia S.A. (após o Leilão da OPA Unificada)</b>		
<b>Total de Ações da Redentor Energia S.A.</b>	<b>108.480.828</b>	<b>100,00%</b>
<b>Quantidade de Ações da Parati</b>	<b>105.019.680</b>	<b>96,81%</b>
<b>Free Float Remanescente</b>	<b>3.461.148</b>	<b>3,19%</b>